



I Congresso do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEL

30 e 31 de agosto de 2018

ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: REVISÃO DE ESTUDOS NACIONAIS

Evilin Roumaine Dutra, evilin.dutra@hotmail.com
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Patrícia Silva Lúcio, pslucio@gmail.com
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Resumo

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a escolarização de estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A coleta de dados foi realizada no sítio da Revista Educação Especial, Revista Brasileira de Educação Especial, e da Revista Psicopedagogia. Utilizou-se os descritores “Autismo”, “Inclusão Escolar” e “Psicopedagogia”, em ambos os periódicos. O período estipulado para as publicações foi de 2010 até 2016. A busca resultou em 33 artigos, dos quais apenas 16 foram selecionados, pois tratavam de especificidades relacionadas à educação de alunos com TEA. Para análise dos artigos, criou-se as seguintes categorias: educação inclusiva, trabalho psicopedagógico, comunicação, socialização e instrumentos avaliativos. Os resultados evidenciaram que há poucos estudos especificamente sobre educação inclusiva dos estudantes com TEA, além da necessidade de formação para os professores e questões sobre afetividade no processo educacional. A pesquisa trata de tema ainda pouco explorado em nosso contexto e pode contribuir para o trabalho de profissionais da área da educação que atuam com esta demanda.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Educação Especial; Inclusão.

Introdução

No Brasil, a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) é discutida há décadas. Ao longo deste período, pode-se identificar diversas leis e resoluções que abordam essas discussões, como a Constituição Federal de 1988, a Lei 7.853, de 1989, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei n. 9394 de Diretrizes e Bases da Educação (1996). Estas leis enfatizam a igualdade e



I Congresso do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEL **30 e 31 de agosto de 2018**

o direito à educação para todo cidadão, mas somente em 2012 foi sancionada a Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Dentre outras demandas, esta lei regulamenta e legitima o acesso à educação das pessoas com TEA.

No entanto, ao se tratar da inclusão, o desafio “está para além de mantê-los nas salas de aula: ele reside em mantê-los com qualidade de trabalho realizado” (Suplino, 2005, p.16). Desse modo, o objetivo do estudo foi analisar as produções acadêmicas sobre educação de estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio do levantamento e análise de artigos científicos em periódicos nacionais da área da educação.

Procedimentos metodológicos

A coleta de dados foi realizada nos sítios da Revista Educação Especial, Revista Brasileira de Educação Especial, disponível no *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), e da Revista Psicopedagogia, presente na página da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPP). Foi utilizado na pesquisa os descritores “Autismo”, “Inclusão Escolar” e “Psicopedagogia” em ambos os periódicos, o período definido foi de 2010 até 2016. Os critérios de inclusão foram estudos sobre educação inclusiva, trabalho psicopedagógico, programas educacionais, socialização e comunicação de estudantes com TEA. Os critérios de exclusão foram estudos cujo enfoque estavam na prevalência e comorbidades, intervenções psicoterapêuticas e propriedades psicométricas de instrumentos de avaliação de crianças com TEA.

Resultados e Discussão

A busca resultou em 33 artigos, dos quais apenas 16 foram selecionados, pois tratavam de especificidades relacionadas a educação de alunos com TEA. Para análise dos artigos, criou-se as seguintes categorias: educação inclusiva, trabalho psicopedagógico, comunicação, socialização e instrumentos avaliativos. Os artigos selecionados para esta pesquisa apresentaram aspectos como comportamento



I Congresso do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEL **30 e 31 de agosto de 2018**

social, mediação docente no processo de inclusão escolar, comunicação alternativa, instrumento avaliativo, conhecimento do professor, brincar, inclusão escolar, atividades físicas e história de vida. Tratam de pesquisas com crianças, adolescentes, famílias, educadores e alguns profissionais da saúde como, por exemplo, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais.

Evidenciou-se que o desconhecimento sobre práticas educacionais ainda é muito presente no sistema de educação inclusiva, sobretudo no que diz respeito a estudantes diagnosticados com TEA, o desconhecimento pode gerar situações de estresse e desgaste, além de possíveis erros nas práticas pedagógicas (Lüdke, 2011; Carvalho & Rossi, 2007).

Outro aspecto observado foi a importância das interações sociais nos contextos escolares, verificando a participação das crianças com TEA e considerando a mediação dos educadores e das demais crianças. Evidencia-se, também, que as estratégias adotadas pelos educadores são, em sua maioria, fundamentadas na intuição, com pouco respaldo teórico e pouca orientação de profissionais capacitados (Lemos; Salomão & Agripini-Ramos, 2014).

Outras pesquisas constataram que a inclusão escolar de crianças com autismo na Educação Infantil carece tanto de formação inicial e/ou continuada dos professores quanto de suporte e interação de outros profissionais (Gomes & Mendes, 2010; Lemos et. al, 2014).

Os principais programas educacionais analisados nas pesquisas foram o Picture Exchange Communication System / Sistema de Comunicação por troca de figuras (PECS) e do Programa de Comunicação Alternativa e Ampliada no contexto familiar de pessoas com autismo (ProCAAF).

Alguns autores desenvolveram pesquisas que constataram que as experiências sociais com pares e terceiros (pais, familiares e terapeutas) contribuem significativamente para a melhora do comportamento social da pessoa TEA, tanto pelas interações sociais quanto por intervenções motoras, desde que considerados a orientação de profissionais capacitados, a qualidade da interação com pares e contexto social do sujeito (Bagarollo & Panhoca, 2010; Schmidt, 2012; Bagarollo; Ribeiro & Panhoca, 2013; Nascimento et. al, 2015; Lourenço et. al, 2015).



I Congresso do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEL

30 e 31 de agosto de 2018

Conclusões

Com a realização desta pesquisa foi possível observar que apesar das garantias expressadas em leis, documentos e diretrizes, a participação de alunos com autismo no ambiente escolar ainda é problemática e se encontra distante das metas inclusivas. O atendimento educacional especializado é pouco abrangente e a progressão dos alunos com TEA no sistema de ensino ainda é muito diferente da apresentada pelos demais alunos, ou seja, são poucos os estudantes com TEA que progredem do ensino fundamental para o ensino médio e ensino superior (Lima & Laplane, 2016).

Percebe-se também que existem poucos estudos que tratam especificamente do trabalho psicopedagógico e autismo, talvez isso se deve pela ausência significativa de estudantes com TEA inclusos no ensino regular.

Destaca-se que a necessidade de mais estudos sobre a inclusão escolar dos estudantes TEA na educação brasileira, em todos os níveis e modalidades educacionais, possibilitando assim investigações sobre práticas pedagógicas exitosas, além de estudos sobre socialização do aluno autista conforme alerta expresso no trabalho dos autores Hamer; Manente & Capelline (2014).

Entretanto, há dúvidas quanto à qualidade do ensino que é ofertado atualmente aos alunos com TEA que estão em salas regulares de ensino, pois o cumprimento da lei é um direito e uma necessidade, mas quais as condições atuais das salas de aulas, além do preparo dos professores, gestores diante desta demanda? Sugere-se, portanto, a necessidade de mais estudos a respeito do trabalho desenvolvido atualmente em escolas regulares onde alunos com TEA estejam matriculados, assim como mais estudos sobre o trabalho psicopedagógico com estes estudantes, sobre as possíveis formas de atuação do profissional de psicopedagogia.

Referências

Bagarollo, M. F., & Panhoca, I. (2010). A constituição da subjetividade de adolescentes autistas: um olhar para as histórias de vida. *Revista Brasileira de Educação Especial*.



I Congresso do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEL **30 e 31 de agosto de 2018**

Bagarollo, M. F., Ribeiro, V. V., & Panhoca, I. (2013). O brincar de uma criança autista sob a ótica da perspectiva histórico-cultural An autistic child's play from the cultural-historical perspective. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 19(1), 107-120.

Carvalho, E. N. S., & de Freitas Rossi, T. M. (2007). Investigando o espectro do autismo: perfil do alunado e intervenção educacional na rede pública do Distrito Federal. *Revista Educação Especial*, 2007(29), 67-84.

Gomes, C. G. S., & Mendes, E. G. (2010). Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 16(3), 375-396.

Hamer, B. L., Manente, M. V., & Capellini, V. L. M. F. (2014). Autismo e família: revisão bibliográfica em bases de dados nacionais. *Psicopedagogia*, 169-177.

Lemos, E. L. M. D., Salomão, N. M. R., & Agripino-Ramos, C. S. (2014). Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 20(1), 117-130.

Lima, S. M., & de Laplane, A. L. F. (2018). Escolarização de Alunos com Autismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 22(2), 269-284.

Lourenço, C. C. V., Esteves, M. D. L., Corredeira, R. M. N., & Seabra, A. F. T. E. (2015). Avaliação dos Efeitos de Programas de Intervenção de Atividade Física em Indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, 21(2), 319-328.

Ludke, J. P. R. (2011). Autismo e inclusão na educação infantil: um estudo sobre as crenças dos educadores.

Nascimento, P. S., Zanon, R. B., Bosa, C. A., Santos, J. P. N. dos, Júnior, Á. D. D., & Costa, S. S. S. Da (2015). Comportamentos de crianças do Espectro do Autismo com seus pares no contexto de educação musical. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 21(1), 93-110.

Schmidt, C. (2012). Temple Grandin and autism: the film review. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 18(2), 179-194.

Suplino, M. (2005). Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental. In *Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental*. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE.